

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PELA ÓTICA DAS FAMÍLIAS  
BENEFICIÁRIAS: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE  
LARANJEIRAS DO SUL – PR**

**THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM FROM THE PERSPECTIVE  
OF BENEFICIARY FAMILIES: A STUDY IN THE  
MUNICIPALITY OF LARANJEIRAS DO SUL - PR**

*Deise Maria Bourscheidt*

 <http://lattes.cnpq.br/0005855279586138>

Mestrado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

*Maria Helena Prestes*

 <http://lattes.cnpq.br/5224756073085941>


Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul.


*Rafael Stefenon*

 <http://lattes.cnpq.br/8398631673135935>

Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná

*Rayssa Vieira Krüger*

 <http://lattes.cnpq.br/6738225137405223>

 <https://orcid.org/0000-0003-4017-3742>

Mestrado em ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO pela Universidade Federal de Santa Maria

**Resumo**

O objetivo do presente estudo é esboçar um panorama do Programa Bolsa Família no Bairro Presidente Vargas, pertencente ao município de Laranjeiras do Sul - PR, pela ótica dos beneficiários diretos do programa, evidenciando as mudanças nas condições de vida dos beneficiários no ano de 2016. Para a consecução do presente objetivo realizou-se uma pesquisa descritiva, considerada documental e estudo de campo. Este estudo respaldou-se na metodologia tridimensional estrutura, processo e resultados, focando apenas no item *resultados*, que possibilita a avaliação do alcance dos objetivos para formulação do programa. Para a obtenção dos dados foram realizadas entrevistas por meio de questionários semiestruturados com perguntas abertas e fechadas com as famílias beneficiárias, além de se utilizar dados oficiais disponibilizados pelo município. O procedimento de coleta e análise de dados é caracterizado como predominantemente qualitativo. A partir dessa análise, a pesquisa constatou que o PBF, apesar de apresentar alguns gargalos, garante a complementação da renda e melhora a qualidade de vida das famílias. Além disso, o Estado deve estar em constante observação para suprir as demandas da população em geral, realizando investimentos nas áreas de saúde, educação e assistência social.

**Palavras-Chave:** Programa Bolsa Família. Transferência de Renda Condicionada. Laranjeiras do Sul.

**Abstract**

The goal of the present study is to draw an overview of the Bolsa Família Program in the Presidente Vargas Neighborhood, belonging to the municipality of Laranjeiras do Sul - PR, from the perspective of the direct beneficiaries of the program, shows the changes in the conditions of lives of beneficiaries in 2016. In order to achieve this objective, a descriptive research was done, considered documentary and field study. This study was based on the three-dimensional methodology as structure, process and results, focusing only on the results issue, which makes it possible to evaluate the achievement of goals for program formulation. To obtain the data, interviews were conducted through semi-structured questionnaires with open and closed questions with the beneficiary families, in addition to using official data provided by the municipality. The data collection and analysis procedure is characterized as predominantly qualitative. Based on this analysis, the research found that the BFP, despite presenting some bottlenecks, guarantees the complementation of income and improves the quality of life of families. In addition, the State must be to observe constantly to find the demands of the population in general, investing in health, education and social assistance.

**Keywords:** Bolsa Família Program. Transfer of Conditioned Income. Laranjeiras do Sul.

**Introdução**

Segundo Ribeiro e Menezes (2008), a desigualdade e a pobreza são problemas que acompanham o desenvolvimento histórico dos países e são alvos de muitas discussões pelos governos, que buscam formular mecanismos e políticas para diminuí-las ou disseminá-las e proporcionar o desenvolvimento do país.

Nesse contexto se destaca o Programa Bolsa Família (PBF), que é um programa brasileiro,

[...] que surgiu da união de muitas políticas públicas, tais como o Bolsa- Escola, Vale-Gás, Bolsa Alimentação, dentre outros. O PBF foi criado no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Possui como objetivo minorar de imediato a pobreza e, por consequência, a desigualdade de rendimento. (CAVALCANTI, 2013. p. 14)

Nessa ótica, o PBF surge para diminuir essa problemática, através da transferência de renda para um grupo de famílias com características específicas, e propondo solução para a pobreza. Além da transferência de renda, o programa impõe aos beneficiários algumas condicionalidades, que englobam os direitos básicos, como saúde e educação.

As famílias beneficiárias têm acesso a esses direitos e são estimuladas a se desenvolverem. Sendo assim, Cavalcanti (2013) nos mostra que o Programa Bolsa Família é de suma relevância, pois estimula a redução da pobreza, a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias e a redução da desigualdade de renda existente.

Em termos regionais o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2004) aponta que o desenvolvimento recente do Estado do Paraná apresenta a marca da modernização nas bases produtivas e da concentração em alguns polos regionais e isso proporciona a visualização das disparidades tanto entre os municípios ou regiões existentes, como também internamente em cada um deles. Juntamente com o progresso de cada região, surgem desigualdades sociais que indicam a ampla disparidade entre as localidades.

É nesse contexto que se busca um desenvolvimento equilibrado que vise à distribuição igualitária para todos. Portanto a pesquisa realizada busca esboçar um panorama do Programa Bolsa Família no bairro Presidente Vargas, localizado no município de Laranjeiras do Sul, evidenciando as mudanças nas condições de vida dos beneficiários no ano de 2016, de acordo com a visão dos mesmos. Com a presente pesquisa será possível identificar os gargalos do Programa Bolsa Família no município estudado, para que possam ser analisados e adequados à realidade local.

### **O programa bolsa família**

Como já posto, o PBF surgiu em 2003 fruto da unificação de vários programas como o Bolsa-Escola e o Bolsa Alimentação. Conforme Ferreira (2015), a eficácia dos programas que o antecederam foi prejudicada devido os diferentes órgãos envolvidos que tornavam os recursos independentes e as informações desarticuladas. Sendo assim, o PBF unificou esses programas buscando utilizar as vantagens dos mesmos com uma gestão descentralizada e coordenada. E isso foi possível após a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em que se migrou os beneficiários dos antigos programas de transferência de renda, para um programa que integrasse todas as ações dos programas anteriores e atendesse as famílias compostas pelas diferentes necessidades.

Pela Lei N.º 13.255 de 14 de janeiro de 2016, foi possível verificar que a estimativa da receita da União para o ano de 2016 era de R\$ 3.050.613.438.544,00 (três trilhões, cinquenta bilhões, seiscentos e treze milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais). Desse montante, de acordo com a Secretaria de Governo (2016) foi aprovado a destinação de R\$ 28,1 bilhões ao Programa Bolsa Família em 2016, correspondendo a 0,009% da receita total.

De acordo com Ferreira (2015), o PBF se beneficia do Cadastro Único como ferramenta de controle das informações. Para que fosse processada a integração, foi necessário o cumprimento de algumas etapas operacionais, que Brasil (2003) apud Santana (2007) nos

apresenta como sendo: “a unificação do sistema de seleção de famílias; unificação do sistema de pagamento; unificação da gestão local; integração do Programa Bolsa Alimentação e do Programa Cartão Alimentação; implantação do Comitê Gestor Interministerial. ” (BRASIL, 2003 apud SANTANA 2007, p. 06)

Conforme Ferreira (2015, p. 17), “[...] o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o órgão responsável pela gerência do programa.” Ou seja, é responsável por “[...] estabelecer normas para a execução, definir valores de benefício, estabelecer o diálogo com os municípios, definir e acompanhar contrapartidas e estabelecer metas. ”

O Programa Bolsa Família, como já evidenciado, é um programa que visa o acesso das famílias em serviços sociais básicos como educação e saúde e, além disso, proporciona o repasse monetário do benefício, conforme a composição familiar (número de pessoas, idades, presença de gestantes, etc.) e a renda da família beneficiária.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (2017), o valor que a família recebe mensalmente, corresponde à somatória de vários tipos de benefícios que são previstos no Programa, como podem ser observados no quadro a seguir:

**Quadro 1-Modalidades e Composição do Valor referente ao PBF repassado às famílias**

<b>Benefícios</b>	<b>Modalidades e distribuição</b>	<b>Valor</b>
Benefício Básico	Pago apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00)	R\$ 85,00
<b>Benefícios Variáveis</b>		
Benefícios Variáveis no valor de R\$ 35,00		
Benefício Variável Vinculado à criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos	- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade	R\$ 39,00 para cada um (até cinco por família)
Benefício Variável Vinculado à Gestante	- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. Pagamento de nove parcelas mensais que só é pago se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.	R\$ 39,00 para cada um (até cinco por família)
Benefício Variável Vinculado à Nutriz	- Pago as famílias com renda de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. - O pagamento é realizado em seis parcelas mensais. Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.	R\$ 39,00 para cada um (até cinco por família)

BENEFÍCIO VARIÁVEL NO VALOR DE R\$ 46,00		
Vinculado ao Adolescente	- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes	Até dois por família
BENEFÍCIO PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA		
Em valor calculado individualmente para cada família	- Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 85,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa	
	- O valor do benefício é calculado de acordo com a renda e quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 85,00 de renda por pessoa.	

Fonte: Elaboração própria, dados do MDS, 2017.

Além da transferência de renda, o PBF busca reforçar o direito das famílias ao acesso a serviços básicos voltados a saúde, educação e assistência social e romper o ciclo virtuoso da pobreza.

As condicionalidades ou ações que devem realizar são a frequência escolar das crianças, vacinação obrigatória em dia e a comprovação de baixa renda. Caso a família não cumpra essas exigências, o benefício pode ser bloqueado ou suspenso.

Após ser realizada uma breve revisão sobre o surgimento do Programa Bolsa Família, no próximo item serão apresentados alguns estudos anteriores que trazem algumas contribuições e análises sobre o programa.

### **Metodologia de pesquisa**

Quanto ao objetivo, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. Gonçalves (2011) acrescenta que a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características do objeto de estudo. Como se trata da análise em apenas um bairro de um município foi utilizado o estudo de caso.

#### *Procedimento de coleta de dados*

A população que foi estudada reside no Bairro Presidente Getúlio Vargas, no município de Laranjeiras do Sul – PR. O município de Laranjeiras do Sul, foi escolhido, pois está localizado na região da Cantuquiriguaçu, região esta que é caracterizada como socialmente crítica (IPARDES, 2017). O Bairro Presidente Vargas é o bairro que apresenta o maior

percentual (18,95%) de famílias beneficiárias do município, em relação ao total de famílias residentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016). Para realização da presente pesquisa, foi utilizada a metodologia baseada na abordagem tridimensional de estrutura, processo e resultados utilizada por autores como Donabedian, 1990; Brito e Jesus, 2009; Pereira *et al*, 2007; Santos e Santos, 2007.

De acordo com Santos e Santos (2007), a *estrutura* considera características relacionadas ao provedor de serviços, contempla então os instrumentos, recursos, estruturas físicas e organizacionais. Já o *processo* diz respeito às ações realizadas pelos profissionais que estão envolvidos no cuidado dos beneficiários. E o *resultado*, é representado pelas mudanças que podem ser verificadas no estado de bem estar e melhora na qualidade de vida das famílias beneficiárias, ou seja, possibilita a avaliação do alcance dos objetivos para formulação do programa. Essa última dimensão contempla as mudanças que podem vir a ocorrer no comportamento, conhecimento e satisfação dos beneficiários. No presente estudo, no entanto, focar-se-á apenas nos *resultados*, que representam as mudanças que ocorreram nas condições de vida dos beneficiários e que possam sofrer intervenção, semelhante ao trabalho de Pereira *et al* (2007, p. 03).

Para obtenção dos dados será realizada inicialmente a observação no local estudado e, posteriormente, entrevistas semiestruturadas, com aplicação de questionários, junto as famílias beneficiárias do PBF residentes no bairro em estudo. Foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas para facilitar a coleta das informações e aplicado para quarenta e oito famílias<sup>1</sup> beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no bairro Presidente Vargas, município de Laranjeiras do Sul-PR, escolhidas aleatoriamente. Os questionários foram aplicados em dezembro de 2016 e janeiro de 2017.

#### *Procedimento de análise de dados*

O procedimento de análise utilizado nesse estudo se caracteriza como predominantemente qualitativo. De acordo com Dalfovo *et. al.* (2008) a abordagem qualitativa descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando

---

<sup>1</sup>Considerando uma população homogênea, a um nível de confiança de 95%, com uma margem de erro de 10%, o número mínimo de entrevistas deve ser de 43.

o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos. Gil (2008) evidencia que esse procedimento é característico pela ausência de instrumentos estatísticos na análise.

### **Análise do programa bolsa família segundo as famílias beneficiárias residentes no bairro**

Para atender os objetivos da presente pesquisa, foram entrevistadas quarenta e oito famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes no bairro Presidente Vargas, município de Laranjeiras do Sul-PR.

As perguntas possibilitaram que os entrevistados pudessem se expressar de forma livre. A aplicação foi realizada nos domicílios das famílias, o que possibilitou a observação e informações adicionais relevantes para compreender o modo como as famílias se organizam no dia a dia, suas ações para sobreviverem e os resultados do programa em suas vidas.

Observou-se, por exemplo, que a maioria das residências é de madeira, algumas cobertas com lona, casas pequenas sem forração, com pouca iluminação. As casas estão construídas muito próximas às outras, há lotes em que há até três casas construídas no mesmo local. Há casas em que os beneficiários apresentam uma maior renda e vivem em melhores condições, residências essas que são construídas de alvenaria, com móveis de melhor qualidade e com boa iluminação. Percebeu-se também que há grande número de animais (cachorros) soltos nessas residências e situações de precário saneamento básico. Muitas famílias trabalham com material reciclável, e acabam armazenando o material coletado em suas próprias residências

Em todas as casas visitadas as respostas foram dadas por mulheres. Em algumas residências, o cônjuge estava próximo ou passou pelo local, mas não respondeu as questões. Em relação a renda mensal, algumas entrevistadas ficaram receosas em responder.

As características a respeito da composição familiar podem ser verificadas na Tabela 01. Percebe-se que as famílias são compostas pelo casal e filhos, em algumas se constatou a presença de avós e/ou tios. A maioria das casas visitadas, aproximadamente 52%, a composição familiar é composta por até cinco pessoas. Presenciaram-se domicílios com até dez integrantes, sendo que as residências que possuem mais que cinco pessoas totalizaram 39,6% das famílias visitadas.

Todas as residências visitadas possuíam crianças e adolescentes na composição familiar. Cerca de 60 % das famílias possuem até três crianças/adolescentes na família, 29,2% domicílios apresentam de quatro a cinco crianças/adolescentes e 10,4% das famílias visitadas possuem mais de cinco crianças/adolescentes na composição familiar.

O programa Bolsa Família possui benefícios que são disponibilizados para residências que se enquadram na faixa de renda adequada e que possuem gestantes na composição familiar. Sendo assim procurou-se entrevistar famílias que possuem gestantes na composição familiar. Das quarenta e oito famílias entrevistadas, cinco eram constituídas por gestantes, correspondendo a 10,4% das famílias entrevistadas. Em relação às famílias que possuem gestantes verificou-se que todas realizam pré-natal mensal.

No quesito renda e trabalho, foi verificado que em 64,6% das famílias entrevistadas, ou seja, 31 famílias, há pelo menos um membro que trabalha e obtém renda de sua atividade e em 31,3% mais que uma pessoa residente na unidade familiar exerce alguma atividade remunerada. Apenas duas famílias informaram que não há ninguém que trabalha. Uma delas é composta pela mãe e três crianças, sendo que uma delas possui deficiência física motora. Devido a isso, a mãe se dedica atividades do lar e cuidado com as crianças. A segunda família, além do benefício do PBF, obtém renda por meio de pensão paga pelo pai das crianças.

Foi constatado que nas famílias entrevistadas há prevalência de trabalho autônomo/espórádico sem vínculo empregatício, correspondendo a 79,2% das famílias, o que resulta em condições precárias de trabalho. A renda obtida pelas famílias deriva das seguintes atividades: auxiliar de pedreiro, coleta de material reciclável, cuidador(a) de doentes ou pessoas idosas, empregada doméstica (com ou sem carteira registrada), auxiliar de produção em frigorífico, operador de máquinas, trabalhando como boia-fria nas propriedades rurais no corte da erva, colheita de feijão e fumo, resinífero, vendedor de sorvete, realizando trabalhos informais esporádicos, ou seja, venda e troca de bens, mecânica, ou seja, atividades para as quais não é necessária alta escolaridade ou profissionalização.

**Tabela 1-**Características da Composição Familiar das famílias beneficiárias em 2016

<b>Indicadores</b> <b>Características das Famílias Beneficiárias</b>	<b>Total</b>	
	Frequência	%
<b>Composição familiar</b>		
01 a 03 pessoas	04	8,3%
03 a 05 pessoas	25	52,1%
Mais que cinco pessoas	19	39,6%
<b>Existência de crianças e adolescentes</b>		
Sim	48	100%
Não	00	0,0%
<b>Quantidade de crianças/adolescentes</b>		
Nenhuma	00	0,0%
01 a 03 crianças	29	60,4%



04 a 05 crianças	14	29,2%
Mais que cinco	05	10,4%
<b>Unidades Familiares com Gestantes</b>		
Sim	05	10,4%
Não	43	89,6%
<b>Gestantes Realizam Pré-Natal</b>		
<b>Sim</b>	05	10,4%
<b>Não</b>	00	0,0%
<b>Não há gestantes</b>	43	89,6%
<b>Quantidade de pessoas que trabalham</b>		
Nenhuma	02	4,2%
Pelo menos um membro	31	64,6%
Mais que um membro	15	31,3%
<b>Situação do Trabalho</b>		
Carteira Assinada	07	14,6%
Empregado doméstico com carteira registrada	02	4,2%
Autônomo/bico	38	79,2%
Empregado doméstico sem carteira	06	12,5%
Outro	01	2,1%

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Através das entrevistas foi verificado que a renda mensal familiar oscila entre as famílias. Ao ser desconsiderado o recurso do programa, a renda restante varia entre R\$ 300,00 a R\$ 1.200,00. As famílias que possuem renda mais elevada possuem algum membro que trabalha com carteira registrada, ou há mais que uma pessoa trabalhando. As dificuldades apontadas em relação a conseguir emprego foram: possuem crianças pequenas e não conseguem vagas nas creches e/ou não possuem experiência ou profissionalização e não conseguem vagas de emprego.

Os dados obtidos no domicílio revelaram que em 100% das famílias investigadas as mulheres eram as Responsáveis e titulares do PBF. E a justificativa para tal ato, de acordo com as beneficiárias, seria que a mulher é que normalmente fica cuidando da casa e do lar, sabe as necessidades da família, ou ainda, porque a mulher não utilizaria o recurso monetário com futilidades.

De acordo com beneficiárias selecionadas do PBF:

*“A mulher é que fica em casa, cuidando das crianças. [...] sabe o que falta na casa”* (Beneficiária, 2016).

*“A mãe é mais responsável, sabe administrar o dinheiro. Não gasta à toa, tira da boca pra dar ao filho se necessário. E tem homens que não pensam na família”* (Beneficiária, 2016).

Pode-se verificar que atualmente a mulher/esposa tem maior visibilidade na sociedade e nas decisões dentro de casa. Essa informação foi confirmada na presente pesquisa, podendo ser visualizada na Tabela 2 abaixo:

**Tabela 2-**Responsabilidades dos membros das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2016

<b>Variáveis</b>	<b>Total</b>	
	<b>N</b>	<b>Frequência</b>
<b>Quem é o chefe da família</b>		
Entrevistada/ mãe da família	02	4,2%
Companheiro	31	64,3%
Casal	15	31,5%
Outro	00	0,0%
<b>Responsável pela administração do dinheiro no domicílio</b>		
Entrevistada/mãe da família	18	37,5%
Marido	12	25,0%
Os dois	18	37,5%
Outro	00	0,0%
Sem informação	00	0,0%
<b>Define a escolha da aquisição dos alimentos</b>		
Entrevistada/ mãe da família	35	72,9%
Marido	02	4,2%
Os dois	10	20,8%
Outro	01	2,1%
Sem informação	00	0,0%
<b>Responsável pela aquisição de alimentos</b>		
Entrevistada/ mãe da família	31	64,6%
Marido	04	8,3%
Os dois/ casal	12	25,0%
Outro	01	2,1%
Sem informação	00	0,0%
<b>Responsável pelas tarefas domésticas</b>		
Entrevistada/ mãe da família	34	70,83%
Marido	00	0,0%
Os dois	02	4,2%
Outro	12	25,0%

**Fonte:** Elaboração Própria, 2016.

Os impactos da transferência monetária possibilitam uma análise da autonomia quanto à tomada de decisões por parte das mulheres após receberem o benefício. Quando questionadas sobre quem exerce “chefia familiar”, em 64,3% dos casos, as mulheres informaram que eram seus cônjuges, mas verifica-se que em todas as variáveis a respeito da decisão de aquisição de alimentos, administração do dinheiro, aquisição de alimentos, responsável pelos afazeres

domésticos é a mulher a responsável, ou a mesma juntamente com seu cônjuge. Consideram seus maridos como chefes de família, devido ao fato deles realizarem atividades remuneradas. Além disso, pode-se verificar que em 39,6% dos casos é a mãe juntamente com o marido, ou sozinha que exerce essa função. Esse resultado, não proporciona a discussão a respeito das mudanças em relação à chefia familiar, visto que, não foram obtidos dados anteriormente ao recebimento de tal benefício.

No quesito “Responsabilidade pela administração do dinheiro no lar” foi constatado que em 39,6% dos casos é o casal que exerce essa responsabilidade. Em 37,5% são as mulheres e 25,00% são os homens. Esse dado nos mostra um impacto positivo do PBF, visto que possibilita o aumento da autonomia das mulheres no domicílio, em que podem tomar decisões sobre como utilizar o recurso.

Já em relação à escolha dos bens a serem adquiridos e o responsável por tal ato, foi possível verificar que em 72,9% é a mulher que define o que será comprado, assim como, em 64,3% é ela a responsável pelas compras. Isso mostra o empoderamento das mulheres, assim como o poder de decisão e negociação no lar. Além disso, foram questionadas se houve conflitos com seus cônjuges após terem acesso ao PBF, e a resposta obtida foi negativa, visto que todos acabam se beneficiando com o programa e obtém uma renda adicional.

Por fim, as famílias acrescentaram ainda que a destinação dos recursos monetários obtidos do PBF é para alimentação (83,3%), vestuário (72,1%), educação/ material escolar (39,6%) e outros fins (37,5%) como pagamento de despesas de água, luz e gás. Complementando o item alimentação, as famílias investigadas informaram que através do benefício do PBF, podem adquirir mais carnes, leite, iogurte, ovos e em alguns casos, frutas. E em relação ao item vestuário, destina-se às vendedoras autônomas que realizam essa atividade no bairro estudado, em que pegam mercadorias de viajantes e comercializam para as famílias residentes no bairro.

### **Conhecimento e Discussão das Condicionalidades do PBF**

Ao serem questionadas sobre a existência ou não de condicionalidades para participar do programa Bolsa Família, 64,6%, ou seja, 31 famílias, responderam que sabem sobre a existência de condicionalidades e 11 famílias (22,9%) relataram não saber.

Quando questionadas a respeito das condições específicas a serem cumpridas, a maior parte das famílias citou o acompanhamento do desenvolvimento físico (97,9%), a matrícula e

frequência escolar (83,3%) e manter vacinas atualizadas (50,0%). Isso mostra que uma parte dos beneficiários não conhece a fundo o programa, bem como suas condicionalidades. E

As condicionalidades possibilitam que os mesmos possam usufruir de seus direitos básicos, como saúde e educação. Em relação à saúde, através da presente pesquisa, constatou-se que 100% das famílias utilizam serviços públicos de saúde, ofertados pelo SUS. As informações referentes à condição saúde podem ser visualizadas na Tabela 3 a seguir:

**Tabela 3-** Informações a respeito do acesso a condicionalidade Saúde

Variável	Nota	Frequência
<b>Membro que mais frequenta a Unidade de Saúde</b>		
Criança	44	91,7
Idoso	04	8,3%
Mãe	14	29,3%
Outros	05	10,4%
<b>Frequência ao posto de Saúde</b>		
Semanal	01	2,1%
Quinzenal	01	2,1%
Mensal	19	39,6%
Esporadicamente	28	58,3%
Outro	03	6,3%
<b>Serviço utilizado na unidade de saúde</b>		
Pesagem	29	60,4%
Vacinação	29	60,4%
Outro	47	97,9%
<b>Dificuldade no atendimento</b>		
Sim	33	68,8%
Não	15	31,3%
<b>Acompanhamento Mensal do Peso</b>		
Sim	48	100%
Não	00	0,00%
<b>Avaliação da Condicionante Saúde</b>		
Ótimo	03	6,3%
Bom	37	77,1%
Ruim	05	10,3%
Não tem Opinião Formada ou não sabe	03	6,3%
<b>Avaliação serviços de saúde municipal</b>		
Péssimo	01	2,1%
Ruim	09	18,7%
Razoável	27	56,3%
Bom	10	20,8%
Muito Bom	01	2,1%

**Fonte:** Elaboração própria, 2016.

**Nota:** A quantidade de citações é superior à quantidade de observações, em alguns casos, devido as respostas múltiplas.

Como podemos verificar, os membros que mais utilizam os serviços ofertados pelo SUS são as crianças (91,7%), mãe (29,3%), idoso (8,3), outros (10,4%). Os serviços que utilizam da UBS são: pesagem (60,4%), vacinação (60,4%) e outros (97,9%). Na modalidade outros, citaram consulta, medicamentos, exames e dentista. Já em relação à frequência, muitos informaram que frequentam o posto de saúde pelo menos uma vez ao mês, devido à realização da pesagem que ocorre mensalmente, ou no caso das gestantes, referente à consulta de pré-natal (todas as famílias estudadas informaram que participam da pesagem todo mês).

Através da pesquisa realizada com os beneficiários foi possível verificar que mesmo com as dificuldades enfrentadas, o acesso à saúde contribui para a melhor qualidade de vida, visto que as famílias realizam as condicionalidades exigidas pelo programa e, caso não fosse uma condicionalidade e/ou não realizassem tais atividades, os índices da saúde poderiam piorar.

Como verificado, aproximadamente 68,8 % das famílias enfrentou algum tipo de dificuldade no acesso à política de saúde. Dentre as problemáticas enfrentadas, as seguintes foram apresentadas: falta de médicos, falta ou precariedade dos equipamentos, falta de medicamentos e, por fim, a demora no atendimento e nas consultas. Essa informação é corroborada pelo trabalho de Stechi (2015) que pontua “[...] as condicionalidades não viabilizam acesso a população usuária e se o Estado não tem implementado essas políticas de maneira a cumprir com suas contrapartidas, então resta questionar o motivo para mantê-las.” (STECHEI, 2015, p. 71)

Além disso, as famílias avaliaram tanto os serviços de saúde ofertados na ESF da região estudada, assim como, os serviços de saúde a nível municipal. Os dados obtidos evidenciam que mesmo com as dificuldades encontradas, 77,1% das famílias encontra-se satisfeita com os serviços disponibilizados na Unidade pertencente à localidade que residem. Mas em relação aos serviços de saúde a nível municipal, não estão satisfeitos. Podemos verificar que 18,7% da população estudada avaliaram os serviços a nível municipal como ruim e 56,3% como razoável. Os fatores que apontaram para tal avaliação foram: falta de pediatra no SUS a nível municipal e setorial, falta de médicos especialistas como oftalmologista, otorrinolaringologista, ortopedista, superlotação em hospitais e delonga em filas de espera para atendimento com especialistas.

Já no quesito educação, podemos verificar, na Tabela 4, que 87,5% das famílias possuem crianças/adolescentes com matrícula ativa, os outros 12,5% são casos em que os adolescentes deixaram de estudar ou já constituíram nova família e também não estão estudando. Em uma das famílias, quando dialogado a respeito de como ocorre à divisão do

benefício recebido, a responsável familiar falou sobre a redução do recurso para sua filha, mesmo após ter aumentado um membro na família. Em suas palavras:

*“[...] por isso que diminuiu o valor do Bolsa Família depois que você teve bebê, porque você parou de estudar”* (Beneficiária, 2016)

A maioria das crianças/adolescentes das famílias entrevistadas está cursando o ensino fundamental (85,4%), seguido de educação infantil (37,5%) e ensino médio (27,1%), conforme coluna nota da variável “Nível escolar que estão matriculadas”, da Tabela 4.

Algumas dificuldades que as mães apontaram em relação à educação, referem-se às vagas em creches próximas a suas residências. Algumas evidenciaram que a creche ou instituição de educação infantil que o bairro possui, recebe crianças de outros bairros e até mesmo do centro, e isso acaba prejudicando na hora das mesmas conseguirem vaga.

**Tabela 4-** Informações a respeito da condicionante educação

Variável	Nota	Frequência
<b>Crianças com idade escolar matriculadas na escola</b>		
Sim	42	87,5
Não	06	12,5
<b>Nível escolar que estão matriculadas</b>		
Ensino Infantil	18	37,5%
Ensino Fundamental	41	85,4%
Ensino Médio	14	27,1%
<b>Crianças frequentam a escola</b>		
Sim	48	100%
Não	00	0,0%

**Fonte:** Elaboração Própria, 2016.

**Nota:** o somatório passa de quarenta e oito (número de famílias entrevistadas) devido as respostas múltiplas. Ou seja, há famílias que possuem mais de uma criança e as mesmas estão matriculadas e frequentando níveis educacionais divergentes.

Foram questionadas também a respeito das mudanças ou melhorias que visualizaram após o acesso ao PBF. Como podemos verificar na Tabela 5, o PBF proporcionou o aumento em 72,9% do número de refeições nas famílias estudadas. As famílias que afirmaram que aumentou o número de refeições informaram que com o benefício atualmente podem adquirir leite, carne, iogurte, e em alguns casos, frutas.

Em relação às mulheres é visível que 87,5% das mulheres entrevistadas informaram que houve melhora na qualidade de vida, devido à aquisição de mais alimentos, 52,10% informaram que possuem poder de decisão fora do domicílio, por serem responsáveis pelo cadastro e titulares do cartão do benefício, visto que são elas que recebem o valor monetário e investem conforme a necessidade. Outra mudança apontada é que tem facilitado o acesso ao crédito

(8,3%), visto que, por possuírem uma renda, conseguem comprar parcelado, além de ter diminuído a inadimplência.

**Tabela 5** - Percentual de famílias beneficiárias do PBF, segundo a percepção sobre o aumento do número de refeições nos últimos seis meses e contribuições do programa em 2016

Variável	Notas	Frequência
<b>Número de refeições após acesso ao PBF</b>		
Aumentou o número de refeições	35	72,9%
Diminuiu o número de refeições	00	0,0%
Não alterou o número de refeições	13	27,1%
<b>Mudanças em relação às beneficiárias após inclusão</b>		
Acesso ao crédito	04	8,3
Visibilidade na sociedade	06	12,5
Poder de decisão fora do domicílio	24	52,1%
Melhora na qualidade de vida	42	87,5
Outro	04	8,3
<b>PBF ajuda a manter a criança na escola</b>		
Sim	44	91,7%
Não	01	2,1%
Não tem Opinião Formada ou não sabe	03	6,3%
<b>Melhora na Educação das crianças</b>		
Sim	43	89,5%
Não	03	6,3 %
Não tem Opinião Formada	02	4,2%
<b>Ajuda a combater o trabalho infantil</b>		
Sim	45	93,7%
Não	03	6,3%
<b>Contribui na melhoria da saúde das gestantes e crianças</b>		
Sim	48	100%
Não	00	0,0%
Não tem opinião Formada ou não sabe	00	0,0%

**Fonte:** Elaboração Própria, 2016

**Nota:** A quantidade de citações é superior à quantidade de observações em alguns casos devido as respostas múltiplas.

A pesquisa evidenciou também, que para as famílias beneficiárias, o PBF ajuda a manter as crianças na escola (91,7%), possibilita à melhora na educação das crianças (89,5%), combate o trabalho infantil (93,7%) e contribui na melhoria da saúde das gestantes e das crianças (100%). A justificativa para os fatores citados acima é que por ser uma das condicionalidades, é necessário que a criança esteja matriculada e frequente a escola. Em relação à educação é possível verificar melhorias, pois ao frequentar a escola, absorve conhecimento. Apenas três

famílias acreditam que o PBF não possibilita melhora na educação. Segundo elas, o fato de estar frequentando não significa que está aprendendo. Para essas famílias,

*“A criança pode estar indo pra escola e não estar aprendendo, pra que melhore a educação os pais tem que ter pulso firme, cobrar e ajudar e os professores também”* (Beneficiária, 2016).

Ainda, como pode ser verificado Tabela 5, 100% das famílias informou que o programa contribui na melhoria da saúde tanto de gestante como das crianças. Em relação às gestantes é porque devem realizar a consulta pré-natal mensalmente e ter as vacinas e exames em dia. Quanto às crianças, ao ser feito o acompanhamento do peso, é verificada a situação vacinal e em caso de sobrepeso ou baixo-peso, são encaminhadas para um profissional da área (nutricionista) para fazer o acompanhamento. Ou seja, o controle pela saúde é realizado mensalmente.

### **Considerações finais**

O PBF é um programa de renda condicionada, em que estão integradas as famílias pobres e/ou extremamente pobres. Para alcançar seus objetivos, necessita da articulação e integração entre as áreas de educação, saúde, assistência social e outras políticas e ações realizadas pelo governo.

Como já apresentado, a principal proposta do presente estudo foi esboçar um panorama do Programa Bolsa Família no Bairro Presidente Vargas, localizado no município de Laranjeiras do Sul, de acordo com a visão dos beneficiários. A partir deste objetivo, foi possível identificar que as responsáveis familiares são predominantemente mulheres, com uma média de 02 a 03 filhos por família. Em sua maioria desenvolvem atividade remunerada. Foi constatado que há muitas mães solteiras, mas nos domicílios em que o companheiro/esposo faz parte da composição familiar, o mesmo também estava inserido no mercado de trabalho com salários baixos.

As condicionalidades do PBF buscam reduzir as carências individuais, ou seja, que os beneficiários usufruam seus direitos e melhorem sua qualidade de vida e superem a pobreza. Ao serem questionados sobre a satisfação das condicionalidades, apesar de ainda resistentes, a maioria dos beneficiários acha justo realizar tais obrigações, visto que lhes é transferido um recurso monetário.



Entre os resultados positivos verificou-se o aumento e melhoria da qualidade das refeições das famílias; frequência das crianças à escola e aos postos de saúde para realizar o acompanhamento; e visibilidade das mulheres frente as questões monetárias pertinentes ao núcleo familiar.

Em relação aos beneficiários, constatou-se que os mesmos não têm conhecimento total acerca do objetivos, estratégias e funcionamento do PBF. Destaca-se a necessidade de trabalhar essas questões com as famílias. O PBF, em suas concepções é voltado apenas para o repasse monetário. Portanto, percebe-se que o PBF é um programa que apresentou melhorias na qualidade de vida das pessoas, mas ainda não é suficiente para alcançar o desenvolvimento da região.

Entre os gargalos apresentados pelo PBF está a baixa fiscalização das condicionalidades, ponto ressaltado até mesmo por alguns beneficiários. Outro aspecto levantado corresponde a necessidade de investimentos em capacitações e no mercado de trabalho para que haja oferta de vagas aos beneficiários. Também são necessários investimentos nas áreas de saúde e educação, saneamento básico, iluminação, segurança, etc., para que assim as pessoas possam melhorar sua situação de vulnerabilidade social. O Estado deve estar em constante observação para suprir as demandas da população em geral, realizando investimentos nas políticas de saúde, educação e assistência social.

Em relação ao atendimento dos direitos básicos apontados no PBF, a aplicação dos questionários mostrou a necessidade de melhorias nos seguintes pontos: aprendizado do aluno; falta de vagas nas instituições de educação infantil, demora por consultas médicas, falta de medicamentos e médicos especialistas, e falta de saneamento básico. São fatores que confirmam que programas sociais são importantes, mas não são suficientes para erradicar a pobreza.

Por fim, compreende-se que os valores monetários, bem como a necessidade de cumprimento das condicionalidades, proporcionam melhorias na qualidade de vida dos beneficiários, porém devem ser criadas oportunidades sociais por meio de serviços, como educação pública e serviços de saúde, que contribuam para o desenvolvimento local.

**Bibliografia**

BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei N.º 13.255 de 14 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. Brasília –DF. Ano CLIII N.º 10. 2016. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/01/2016&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=176>>. Acessado em 2017.

BRITO, T. A. JESUS, C. S. Avaliação de serviços de saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Revista Digital**. Ano 14, n° 139. Buenos Aires. 2009.

CAVALCANTI, D. M. **Avaliação dos impactos do programa bolsa família na renda, na educação e no mercado de trabalho das famílias pobres do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Economia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal (RN) 2013. 74 p.

DONABEDIAN, A. **The Seven Pillars of Quality**. Archives of Pathology and Laboratory Medicine, p. 114:115-118, 1990.

FERRAZ, L. F. **Programa Bolsa Família**. Impactos na distribuição de renda.

Brasília – DF. Trabalho de conclusão de curso (Especialização latu sensu). Especialização em Orçamento Público. Instituto Serzedello Corrêa. 2008

FERREIRA, M. S. P. BOURSEAU, T. M. **Análise dos impactos do Programa Bolsa Família em variáveis qualitativas e quantitativas (PIB e IDH) no Brasil**. Projeto de Graduação – UFRJ/ Escola Politécnica/ Curso de Engenharia de Produção. Rio de Janeiro, 2015. 85 p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo. Editora Atlas S.A- 2008. P. 01-200.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Centro - Sul Paranaense**. Curitiba - PR, 2004. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras\\_reg\\_meso\\_centro\\_sul.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul.pdf) Acesso em fevereiro de 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES) **Os Vários Paranás: As espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015 / Curitiba: IPARDES, 2017.**

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Bolsa Família na Saúde**. Disponível em [http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=bolsa\\_familia](http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=bolsa_familia) Acesso em 02 de maio de 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **MATRIZ DA INFORMAÇÃO SOCIAL**. Variáveis e Indicadores. Unidades Geográficas. 2016. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi\\_social.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php) Acesso em 10 de nov. de 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Bolsa Família**. Disponível em: : <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios>>. Acesso em janeiro de 2017.

PEREIRA, L. L. *et al.* **Efeitos do Programa Bolsa Família nas condições de vida dos beneficiários em municípios de muito baixo IDH**. 2007. Disponível em:< [www.undp-povertycentre.org/publications/mds/33M.pdf](http://www.undp-povertycentre.org/publications/mds/33M.pdf).> Acessado em 2016.

RIBEIRO, C. O; MENEZES, R. G. **Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 7, n. 1 p. 42-55. 2008.

SANTANA, J. A. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família**. Seminário de População, Pobreza e Desigualdade. Belo Horizonte. 2007.

SANTOS, S. M. C.; SANTOS, L. M . P. **Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995- 2002**. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro. 2007, p. 1029- 1040.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Governo. Aprovação do Orçamento para 2016. 2015. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2015/dezembro/congresso-aprova-orcamento-da-uniao-para-2016>> Acessado em 2017.

STECHEI, T. O. **O Programa Bolsa Família e suas condicionalidades: entre o direito e o dever**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2015. 162 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

*Artigo recebido em 11/03/2020*

*Aprovado em 18/03/2020*

Como citar esse artigo:

BOURSCHEIDT, Deise Maria; PRESTES, Maria Helena; STEFENON, Rafael; KRÜGER, Rayssa Vieira. O programa bolsa família pela ótica das famílias beneficiárias: um estudo no município de Laranjeiras do Sul – PR. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 15, N.º 2, jul/dez. 2019.